



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 1.135, DE 2021**
(Da Sra. Renata Abreu)

Revoga o art. 18 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(*) Atualizado em 03/04/2023 em virtude de novo despacho.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Da Sra. RENATA ABREU)

Revoga o art. 18 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 18, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Para que uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos se qualifique como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), a Lei nº 9.790/1999 (*Lei Geral das OSCIPs*) exige que os estatutos da entidade preencham alguns requisitos expressos, como, por exemplo, o da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; e, ainda, o atendimento aos princípios básicos de contabilidade, a publicidade do relatório de suas atividades e a sujeição a auditorias externas independentes.

O requerimento da qualificação é formulado ao Ministério da Justiça, que, verificando o atendimento dos requisitos legais e o fato de não se enquadrar a entidade dentre aquelas vedadas por lei, deferirá o pedido e expedirá o respectivo certificado de qualificação.

Tal regramento demonstra que o regime de parceria previsto na Lei nº 9.790/1999 implica sérias responsabilidades às entidades qualificadas como OSCIP, e isso pela circunstância de que, mesmo tendo personalidade

jurídica de direito privado e pertencendo ao segmento da *sociedade civil*, passam a executar serviços públicos em regime formalizado por instrumento próprio, o termo de parceria, devendo, por conseguinte, respeitar as obrigações pactuadas e, o que é mais importante, direcionar-se primordialmente ao interesse público, visto que no exercício dessas atividades a organização desempenha função delegada do Poder Público.

Ocorre que, há cerca de 20 anos, a Lei nº 9.790/1999 possui a seguinte vedação:

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, **qualificadas com base em outros diplomas legais**, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, **até cinco anos contados da data de vigência desta Lei.** [\(Vide Medida Provisória nº 2.123-29, de 2001\)](#) [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 1º **Findo o prazo de cinco anos**, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei **deverá por ela optar**, fato que implicará **a renúncia automática de suas qualificações anteriores.**

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, **a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.** (Grifamos)

Esse art. 18 não prevê nenhuma exceção de qualificação ou de pessoa jurídica expedidora do título, o que nos leva à conclusão de que a manutenção simultânea da qualificação de OSCIP e de utilidade pública, ainda que esta seja oriunda de ente subnacional¹, não é compatível com o nosso ordenamento.

Essa “trava” imposta pela Lei nº 9.790/1999, em nossa opinião, traz prejuízos ao Poder Público federal, uma vez que impede, sem motivação idônea e relevante, que entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública por algum Município, Distrito Federal ou Estado-Membro venham a ser qualificadas como OSCIPs. A acumulação é expressamente vedada pela lei.

Nesse sentido, a fim de potencializar a atuação das OSCIPs na órbita federal, estamos propondo a revogação do dispositivo legal.

¹ Já que não existe mais a chamada *Utilidade Pública Federal – UPF*.

Entendemos que a administração pública federal só tem a ganhar com a superação do óbice contido na Lei nº 9.790/1999.

A acumulação de títulos ou qualificações concedidos por entes subnacionais com a qualificação de OSCIP, no plano federal, além de não acarretar qualquer prejuízo ao Poder Público, possibilitará a franca ampliação das atividades dessas organizações do Terceiro Setor, vocacionadas à prestação de serviços assistenciais tão preciosos, máxime num cenário de pandemia.

Para tanto, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares no sentido do bom andamento e aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputada RENATA ABREU

2021-54



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
.....

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. ([*“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001*](#))

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. ([*Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001*](#))

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho

FIM DO DOCUMENTO